

REGENERAÇÃO MORAL E FORMAÇÃO DO CIDADÃO – O DEBATE NA IMPRENSA PEDAGÓGICA PORTUGUESA DO INÍCIO DO SÉCULO XX

Joaquim Pintassilgo
Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa
Centro de Investigação em Educação

Nas primeiras décadas do século XX – em particular no contexto do republicanismo – as preocupações com a formação do cidadão adquirem uma enorme centralidade, a que corresponde o reforço da então chamada Educação Cívica nas dimensões formais e informais do currículo escolar. Para além de consciente dos direitos e deveres correspondentes, o cidadão a formar devia ser exemplar do ponto de vista da sua moralidade, o que implicava o desenvolvimento de todo um projecto de regeneração individual e social e de combate aos chamados “males” e “vícios” sociais. Na procura de um diálogo fecundo entre o passado e o presente, pretendemos desenvolver, através deste texto, algumas reflexões sobre o perfil moral do cidadão então idealizado, sobre a concepção de cidadania que lhe estava subjacente e, também, sobre os pressupostos pedagógicos de tal programa.

Tomaremos como fonte a colecção da *Revista Escolar* (1921-1935), uma das principais publicações periódicas de educação e ensino do primeiro terço do século XX. Dirigida, numa primeira fase (1921-1925), por três inspectores escolares – Albano Ramalho, Heitor Passos e Joaquim Tomás – a revista passa, a partir de Outubro daquele último ano, a ser dirigida por um dos pedagogos de referência do período, claramente identificado com a chamada Educação Nova - Faria de Vasconcelos (Carvalho, 2000; Nóvoa, 1993).

1. A decadência física e moral da “raça”

A retórica da decadência constituía um elemento central dos discursos regeneradores difundidos entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras décadas do século XX (Pintassilgo, 1998). Vejamos dois exemplos retirados de artigos da *Revista Escolar*:

A raça está extremamente decadente e não havendo quem para ela olhe, extingue-se em pouco tempo.¹

¹ Fernandes, A. (Fevereiro 1924). Jogos escolares. *Revista Escolar*, 2, 60.

Se o estado do desenvolvimento físico actual da criança portuguesa é alarmante; se a população do nosso país definha a olhos vistos; se a miséria física e social é assustadora; o estado do desenvolvimento moral da criança portuguesa e a miséria mental e moral da nossa sociedade não é menos desgraçada, nem menos assustadora.²

O discurso é, como vemos, quase apocalíptico. A noção de “raça” – uma noção bem típica da época – é vista a partir de um ponto de vista claramente organicista. A chamada “raça” portuguesa, que havia conhecido momentos de crescimento e de apogeu, encontrava-se agora em declínio, em risco de desaparecimento mesmo. A “doença” é, simultaneamente, física, intelectual e moral.

O retrato traçado, sob o ponto de vista físico, das crianças portuguesas é arrasador, apresentando-as como “raquíticas, pálidas, de olheiras profundas, [a] arrastarem-se por entre a multidão corrompida e definhada”³. A “tuberculose” mina a sua saúde, associada ao “alcoolismo” e ao “tabaco”⁴. Os edifícios escolares, considerados verdadeiros “antros” ou “pardieiros” – em vez de “templos da luz e da verdade” – são igualmente responsabilizados por essa situação⁵. O mesmo acontece em relação à habitação familiar. Essas crianças “vivem em casas sem ar puro, sem luz e, principalmente, sem limpeza”, apresentando-se elas próprias na escola em estado de “imundície”, constata Horácio Antunes Ferreira. Bem sintomática do espírito da época é o excerto seguinte do mesmo autor:

O analfabetismo é um grande mal e constitui a nossa grande e notória vergonha nacional; mas a proverbial porcaria em que chafurda há séculos este bom povo português constitui um mal ainda maior porque avilta, degrada e rebaixa aos próprios olhos e aos dos estranhos, ainda mais do que a sua falta de instrução... Ensinnemos, pois, o povo a lavar-se⁶.

Esta citação é muito curiosa. Por um lado, assume-se o analfabetismo, bem na linha do discurso iluminista republicano, como a grande “vergonha nacional”, por outro, faz-se o paralelismo deste mal com um outro, considerado ainda pior: a ausência completa de hábitos de higiene. Este texto é expressão clara da importância que o discurso médico e

² Coelho, F. (Outubro 1925). Educação física. *Revista Escolar*, 8, 332.

³ Serra, A. (Abril 1923). Excursões escolares e lições ao ar livre. *Revista Escolar*, 4, 119.

⁴ Casal, M. M. V. (Dezembro 1924). O alcoolismo – licores aperitivos. *Revista Escolar*, 10, 433-439; Manaças, A. (Julho 1925). A escola, centro primacial da luta anti-tuberculosa. *Revista Escolar*, 7, 271-281; Notas e comentários - fumadores precoces (Janeiro 1922). *Revista Escolar*, 1, 17-18.

⁵ Matos, A. F. (Maio 1922). Uma excursão. *Revista Escolar*, 5, 145.

⁶ Ferreira, H. A. (Fevereiro 1925). A escola e os bons hábitos. *Revista escolar*, 2, 62.

higienista havia adquirido no seio do campo pedagógico na transição do século XIX para o século XX. O apelo final mostra que estamos perante uma verdadeira “cruzada”.

Mas a dimensão moral da decadência não é, nessa óptica, menos preocupante. Assistimos a uma inequívoca “diabolização” dos lugares onde os “vícios” sociais se manifestam, em particular as “tabernas”, mas também “os cafés, os prostíbulos, as tavolagens, os animatógrafos”, onde podemos encontrar jovens “de cigarro no canto da boca”, “despejando copos de vinho”, “jogando”, vendo “fitas policiais”, “ejaculando obscenidades” e “praticando actos de malvadez”. O retrato moral que é traçado no artigo de Caldeira Queirós aqui referenciado é o de uma sociedade em risco de se desmoronar, o de uma “civilização” ameaçada:

É doloroso constatar, mas é iniludível: o senso moral, a noção do dever, o pudor, a vergonha, a emotividade, a afectividade; o respeito pela verdade, pela propriedade alheia, pelos direitos dos outros, pelos compromissos tomados; o amor ao trabalho, ao lar, à família, à Pátria; tudo quanto nós aprendemos a respeitar, a considerar, a venerar, a amar, tudo vai desaparecendo absorvido por uma única preocupação, substituído por um único ideal: a satisfação do interesse próprio.⁷

Esta citação é muito interessante, por sistematizar um conjunto de valores, supostamente em crise, e que são considerados essenciais, nomeadamente os relativos ao trabalho, à propriedade, à família e à pátria, para além de outros especificamente morais, como a verdade. Apesar de estarmos em plena República, ainda que na sua fase final, os valores enfatizados são valores quase intemporais e são esses que, no olhar deste e de outros autores, parecem estar em crise. Falhado o projecto de construção de uma moral laica alternativa à moral católica tradicionalmente vigente, os discursos viram-se para o que no contexto da 3ª República francesa é apresentado como sendo “la bonne vieille morale de nos pères” (Ozouf, 1963) e que aqui surge como “tudo quanto nós aprendemos a respeitar, a considerar, a venerar, a amar”. A sensação que perpassa do texto de Caldeira Queirós – em particular da afirmação de que “tudo vai desaparecendo” - é a de uma verdadeira derrocada moral e, curiosamente, é “a satisfação do interesse próprio” que surge como a única coisa valorizada, o que nos remete para a conveniência de, qualquer que seja o contexto histórico, relativizarmos este tipo de constatações.

⁷ Queirós, C. (Maio 1921). A criminalidade infantil. *Revista Escolar*, 5, 131.

2. “O remédio é a educação”

Não obstante o negro panorama traçado, é o próprio Caldeira Queirós a considerar que, apesar de “alarmante”, a situação não é “irremediável”. Para a reverter “o remédio é a educação”⁸. João da Silva Correia afina pelo mesmo diapasão ao afirmar o seguinte:

A nação portuguesa – já é um lugar comum dizê-lo – debate-se numa crise grave, cada dia mais premente e decisiva, de que só a educação pode salvá-la. As revoluções políticas – e nós ainda vivemos neste cego preconceito – nada valem se não há quem imprima à sociedade rumos nobres e fecundos.⁹

Há, na anterior reflexão, uma consciência clara relativamente à insuficiência da mudança política. A República havia sido implantada há já alguns anos. Mas isso não bastava. Tornava-se necessário promover uma verdadeira “reforma da mentalidade” nas palavras de outro dos homens da Educação Nova – Faria de Vasconcelos¹⁰.

E esse papel cabe, segundo os discursos da época, principalmente à escola primária. Como diz Dias Agudo: “A escola primária tem que ser hoje o foco donde irradie a moralização da sociedade”, isto tendo em conta o que, na opinião do autor, é o desprendimento da família em relação à tarefa educativa. A finalidade desse projecto é a “moralização dos costumes”. A escola primária surge, nesse contexto, como o local sacralizado onde seria possível iniciar a construção do “homem novo”. Dias Agudo acaba por propor a solução do internato, como “única salvação possível da educação da mocidade”¹¹, opinião muito comum na época e que apostava na criação de condições para que fosse possível uma influência contínua e global sobre os educandos, no sentido de uma formação integral, e evitando a influência, considerada nefasta, da família e da rua. Segundo João da Silva Correia: “O educando precisa ser protegido e guardado da influência dos exemplos extra-escolares... O professor precisa, por preceitos ou proibições, afastá-lo dos maus ambientes”¹².

3. Centralidade e carácter transversal da Educação Moral

⁸ Queirós, C. (Maio 1921). A criminalidade infantil. *Revista Escolar*, 5, 131.

⁹ Correia, J. S. (Junho 1926). A difícil função do professor em Portugal. *Revista Escolar*, 6, 261.

¹⁰ Vasconcelos, F. (Abril – Maio 1928). O que é e o que deve ser a educação física. *Revista Escolar*, 4 -5, 116.

¹¹ Agudo, D. (Fevereiro 1925). A finalidade da escola primária e os internatos. *Revista Escolar*, 2, 71-72.

¹² Correia, J. S. (Outubro 1924). Educação da vontade forte e da vontade boa. *Revista Escolar*, 1, 340.

Uma vez que o que importa, em face da “crise de carácter” diagnosticada, é promover “o ressurgimento moral do nosso povo”, compreende-se o lugar central que a Educação Moral ocupa no âmbito desse projecto de regeneração social. Segundo Fernando Pais de Figueiredo: “A educação moral é, por assim dizer, a pedra angular sobre que deve assentar toda a função educativa”¹³.

Apesar dessa consideração, a maior parte dos articulistas da *Revista Escolar* não manifesta simpatia pela existência de disciplinas específicas para essa área (bem como para a Educação Cívica) no currículo escolar, manifestando-se antes a favor do seu carácter transversal, opinião essa contrária em relação à que foi a opção habitual da política educativa republicana. Vejamos a argumentação de um dos directores iniciais da revista - Joaquim Tomás:

A moral é o fim principal, o fim essencial da escola, pelo que não pode constituir matéria especial dos programas. Em vez de ser o objecto definido de um curso regular, professado a horas certas, deve antes ser a preocupação constante do professor e o resultado natural de todos os exercícios escolares...

Assim compreendida, a educação moral e cívica... não pode ocupar um lugar especial nos programas do ensino elementar, mas tem de ser obra de todos os momentos, dimanando de todas as lições e decorrendo de toda a actividade escolar.¹⁴

Para além de todos os professores e de todas as disciplinas deverem contribuir para a formação moral do aluno, é ao próprio “ambiente escolar”¹⁵ que é atribuída igualmente essa função. A modernidade destas reflexões, se transpostas para os debates recentes acerca da presença da Educação para a Cidadania (ou da Formação Pessoal e Social) no currículo escolar, não deixa de ser evidente.

Uma das dimensões do referido projecto de moralização é a que se expressa por via da revalorização das “regras de conduta e civilidade”. Presença habitual no desenho curricular oitocentista – suportada pela profusão de manuais que lhe eram dedicados – a Civilidade entrou em declínio ao mesmo tempo que a Educação Cívica, logo a seguir republicanizada, se legitimava como área curricular na transição do século XIX para o século XX (Pintassilgo, 2002). A sensação de crise moral, acentuada pelo ambiente pós-guerra, conduz a uma revalorização da civilidade nos discursos de senso comum

¹³ Figueiredo, F. P. (Janeiro 1925). Educação moral. *Revista Escolar*, 1, 25.

¹⁴ Tomás, J. (Fevereiro 1929). Educação moral e cívica. *Revista Escolar*, 2, 85 e 88.

¹⁵ Correia, J. S. (Outubro 1924). Educação da vontade forte e da vontade boa. *Revista Escolar*, 1, 343.

difundidos pela imprensa pedagógica do período. A necessidade de regulação social – uma das finalidades da civilidade – é mais sentida nos períodos tidos como de crise. É, mais uma vez, Joaquim Tomás quem reflecte mais detalhadamente sobre o assunto:

Todos os dias os professores dedicarão uns minutos às regras de conduta e civilidade, suprimindo as deficiências lamentáveis do meio familiar e social. É preciso que as crianças aprendam a ser limpas de corpo e de espírito; é preciso que aprendam as regras, ainda as mais elementares, da higiene e da cortesia, tão descuidadas pelo nosso povo, o que nos faz classificar, pelos outros povos, de *bárbaros do ocidente europeu*... É necessário vigiar as entradas e saídas das aulas... e assistir sempre aos recreios, pois é durante eles que os professores melhor podem conhecer a natureza dos alunos, desbastar as asperezas do seu espírito, corrigir as rebeldias do seu carácter e afeiçoar a plasticidade da sua alma aos hábitos bons e generosos que é preciso inculcar-lhes; ensinar-lhes a cumprimentar os companheiros e superiores; a caminhar pelas classes sem ruído nem movimentos desnecessários; sentar-se, pôr-se de pé, manter-se direitos; a ser ordenados e limpos nos seus trajos como nos exercícios escritos; a ser compostos em palavras e gestos; a ser urbanos e gentis com os discípulos; a ter um respeito quase sagrado pelos pais, professores, velhos e deficientes; a guardar os monumentos, os bancos e as árvores das praças e jardins; a não maltratar os animais; a auxiliar os pequenos e os fracos; ensinar-lhes, em suma, todos os deveres que uma pessoa civilizada tem de saber cumprir.¹⁶

Somos aqui confrontados com uma proposta de educação moral por via de um controlo rigoroso dos gestos, das palavras e dos pensamentos das crianças, tendo em vista a interiorização, pela parte destes, do conjunto de regras e normas consideradas necessárias para um comportamento adequado na vida social. Como já notámos, a desconfiança em relação à possibilidade de serem as famílias a assumir essa função é nítida. O projecto de regeneração moral implica, simultaneamente, o corpo e a alma da criança, a par da sua exteriorização. Daí a importância atribuída tanto à higiene como à cortesia. O pressuposto é claramente iluminista. O que importa é integrar os cidadãos da futura sociedade num “processo civilizacional”, tendente à instauração de uma “civilização dos costumes” (Elias, 1989), para que deixemos de ser os “bárbaros do ocidente europeu”. A conclusão do texto é sintomática: pretende-se que os jovens aprendam “todos os deveres que uma pessoa civilizada tem de saber cumprir”.

A proposta para que se exerça uma apertada vigilância nos recreios remete-nos, de novo, para a necessidade de controlar continuamente a vida escolar do aluno,

¹⁶ Tomás, J. (Fevereiro 1929). Educação moral e cívica. *Revista Escolar*, 2, 88-89.

aproveitando para conhecer melhor a sua imaginada “natureza” a partir do comportamento exterior num contexto mais espontâneo. A metáfora do “molde”, bem típica da época, não deixa de marcar presença. Essa acção do professor visa “afeiçoar a plasticidade da sua alma”. Não só devem ser inculcados os “hábitos bons e generosos”, como fortemente controladas as posturas corporais dos jovens, designadamente no que se refere aos modos de se sentarem, de se levantarem, de caminharem. Igualmente importantes são as noções de ordem e de asseio, concretizadas tanto na apresentação pessoal como nos trabalhos desenvolvidos, neste último caso em consequência do movimento higienista que percorre o período. A tradicional “urbanidade” ou “cortesia” associada à civilidade está bem expressa tanto na referência aos cumprimentos rituais como ao respeito pelos outros. Finalmente, é sugerido todo um conjunto de comportamentos articulados com valores cívicos. É uma espécie de retrato do cidadão ideal aquele que é aqui traçado, como resultado da influência benéfica da educação escolar e da acção do professor.

4. Estratégias para a Educação Moral

Ideia importante, contida em diversos textos, é a de que a moral “não se ensina, pratica-se e inspira-se”, tanto pela “palavra” como “sobretudo pelo exemplo”¹⁷. É para a exemplaridade moral do professor que aqui se apela, no pressuposto de que ele “exercerá sobre eles a mais benéfica influência educativa”. Para além disso, há uma consciência nítida da insuficiência dos procedimentos associados à tradicional instrução cívica, apesar de tudo prevalecentes entre o liberalismo e o republicanismo. Como afirma o mesmo Joaquim Tomás:

Não é necessário ensinar a crianças de dez ou onze anos a composição e funcionamento dos organismos legislativos, a constituição do exército de terra e mar, as atribuições e independência do poder judicial, etc. porque elas não têm em si, ainda, possibilidades de compreender a engrenagem deste complicado *maquinismo* social; o que importa é imprimir-lhe o sentimento da sua responsabilidade cívica e inculcar-lhes o amor por esta pátria bendita.¹⁸

¹⁷ Tomás, J. (Fevereiro 1929). Educação moral e cívica. *Revista Escolar*, 2, 85.

¹⁸ Tomás, J. (Fevereiro 1929). Educação moral e cívica. *Revista Escolar*, 2, 87.

Mais importante, neste terreno, que uma instrução cívica formal é a dimensão sentimental e afectiva da educação cívica, designadamente por via de cultos e rituais cívicos, como o referido culto da pátria, expressando-se, entre outras formas, pelos cultos à bandeira e ao hino nacional (Pintassilgo, 1998). São, além disso, referenciadas em diversos artigos da *Revista Escolar* estratégias diversificadas tendo em vista a formação moral e cívica dos alunos, como a utilização de gravuras, de notícias de jornal, de narrações e leituras de textos, de acontecimentos ocorrentes, de alocações do professor, entre outras. O recurso aos contos e a utilização pedagógica da história são, por exemplo, estratégias valorizadas por João da Silva Correia:

É necessário recorrer aos contos, onde a Verdade, a Bondade e a Justiça triunfam, e à História, cheia de formidáveis exemplos dos grandes quadros, para despertar na criança aspirações e visões generosas. É com os contos de imaginação primeiro, e com as narrativas dos rasgos das figuras centrais da Nação e do Mundo depois, que se dá à juventude molde para novos caracteres íntegros, pauta para novas almas abnegadas.¹⁹

O carácter paradigmático dos contos e a importância de eles serem aproveitados para veicular os valores considerados desejáveis – no caso, a verdade, a bondade e a justiça – e a exemplaridade da história e das suas figuras e momentos surgem, de resto, como estratégias tradicionalmente privilegiadas por uma educação moral mais vocacionada para formar o “coração” do que o “cérebro” dos educandos.

Outra das estratégias mais valorizadas tendo em vista a educação moral dos alunos é a que assenta na prática de actividades cívicas em “organismos semelhantes” aos da vida social, como sugere Álvaro Viana de Lemos²⁰. Só desta forma, acrescenta Joaquim Tomás, “os futuros cidadãos da República serão... exercitados para o cumprimento da sua ulterior missão cívica e social, num regime de maior liberdade e responsabilidade”²¹. Isso poderá acontecer por via da gestão, pelos estudantes, de caixas e cooperativas escolares, de cantinas, de bibliotecas, etc., que passam a ser encaradas como um verdadeiro “laboratório da classe de instrução cívica”²². Trata-se do *self-government* (ou “autonomia escolar”), tal como foi introduzido em Portugal a partir de influências diversas, todas elas produzidas no contexto da Educação Nova, por

¹⁹ Correia, J. S. (Outubro 1924). Educação da vontade forte e da vontade boa. *Revista Escolar*, 1, 342.

²⁰ Lemos, A. V. (Janeiro 1922). Educação social na escola (a economia e a previdência). *Revista Escolar*, 1, 5.

²¹ Tomás, J. (Fevereiro 1929). Educação moral e cívica. *Revista Escolar*, 2, 87.

²² Vasconcelos, F. (Novembro 1925). O «self-government» na escola. *Revista Escolar*, 9, 356.

pedagogos e educadores como António Sérgio, Faria de Vasconcelos, Adolfo Lima, Sá Oliveira, entre outros, e concretizado em associações chamadas de “solidárias” como as existentes na Escola Oficina nº1 ou no Liceu Pedro Nunes (Candeias, 1994; Ó, 2002). João da Silva Correia explicita, com mais detalhe, quais são, na sua opinião, as virtualidades educativas desse processo:

É a iniciação do educando no governo de si próprio que o leva depois a dirigir-se na vida com independência afirmativa e fecunda. Habitando o professor os discípulos a estarem quietos e atentos, e a terem boas maneiras nas aulas, cria neles uma disciplina interna permanente; habituando o mestre os alunos a dirigirem as suas associações e solidárias escolares e a organizarem as suas excursões, os seus desportos e as suas festas, põem-nos em condições não apenas de se governarem a eles próprios, mas aos outros. E as democracias, sendo o governo de todos, exigem, para não serem oligarquias, a intervenção consciente de todos na governação.²³

Esta citação é particularmente significativa em vários sentidos. Em primeiro lugar, o *self-government* é assumido como um método para obter a disciplina escolar, não através da sua imposição autoritária, mas através duma “disciplina interna permanente”, do “governo de si próprio”. O estar quieto, atento e ter boas maneiras passa a ser uma opção interior e consciente do próprio aluno. Como nota Faria de Vasconcelos: “O *self-government* é um método de disciplina baseado na liberdade e na responsabilidade do aluno”²⁴. O auto-controlo é, seguramente, a mais sofisticada das estratégias de controlo do indivíduo desenvolvida pela modernidade escolar. Em segundo lugar, não deixa de ser importante sublinhar o reverso da medalha, ou seja, esta proposta é expressão, igualmente, da finalidade (inspirada em John Dewey) de preparar os jovens para a vida democrática através do seu exercício, em pequena escala, na vida escolar. As escolas são aqui encaradas como “sociedades em miniatura” e laboratórios de formação de cidadãos.

Uma última estratégia de educação moral, de entre as recenseadas pelos articulistas da *Revista Escolar*, é a prática do escutismo. Introduzido em Portugal no início da segunda década do século XX - não sem alguma polémica em relação ao ritualismo e ao militarismo de que estaria imbuído – o escutismo acaba por ser reconhecido, por muitos educadores, como sendo um movimento com grandes potencialidades educativas, designadamente do ponto de vista moral (Pintassilgo, 1998).

²³ Correia, J. S. (Outubro 1924). Educação da vontade forte e da vontade boa. *Revista Escolar*, 1, 344.

²⁴ Vasconcelos, F. (Novembro 1925). O «self-government» na escola. *Revista Escolar*, 9, 357.

Vejamos a opinião de Álvaro Viana de Lemos, de resto um dos seus cultores em Portugal:

Mas o que é um facto é que o Escutismo, pelos meios educativos de que se serve para os seus fins, tem feito uma excelente obra educativa, ora combatendo muitos vícios e tendências mórbidas das crianças, ora cuidando afincadamente da sua cultura moral e física, preparando, para o futuro, um ser generoso, útil e independente...

[Os jovens que em tais coisas se ocupam] robustecem-se com exercícios ao ar livre, ao mesmo tempo que adquirem hábitos de actividade, de ordem, de solidariedade e de bem ocupar o seu tempo.

No escutismo, além da educação do sentimento, faz-se uma verdadeira educação social, pela prática da associação, da economia, da mutualidade, da iniciativa, da direcção e dos postos com deveres e responsabilidades, da selecção das competências, etc.²⁵

Uma das virtudes atribuídas ao escutismo, no âmbito do projecto de regeneração social e de moralização da juventude, ao qual já nos referimos, é a de contribuir para combater os seus “vícios” e “tendências mórbidas”. No mesma linha da regeneração social, agora na dimensão do revigoração físico da “raça”, vem todo o conjunto de práticas educativas do escutismo que têm em vista o fomento da “cultura física” dos jovens, designadamente através da realização de “exercícios ao ar livre”. A aquisição de hábitos de “actividade” e de “ordem” é fundamental no sentido da regulação social, ao permitir a formação de cidadãos trabalhadores e respeitadores da ordem social. Alguns valores considerados centrais, tanto no que se refere ao republicanismo como à Educação Nova, são fomentados pelo escutismo, na opinião de Viana de Lemos, em particular a solidariedade, a responsabilidade, o gosto pela poupança, o espírito de iniciativa, entre outros.

Referências

Candeias, A. (1994). *Educar de outra forma. A Escola Oficina nº1 de Lisboa. 1905-1930*. Lisboa: I.I.E.

Carvalho, L. M. (2000). *Nós através da escrita: revistas, especialistas e conhecimento pedagógico (1920-1936)*. Lisboa: Educa.

Elias, N. (1989). *O processo civilizacional*. Lisboa: Publicações D. Quixote.

²⁵ Lemos, A. V. (Fevereiro 1924). O Escutismo. *Revista Escolar*, 2, 49 e 53.

Nóvoa, A. (Dir.) (1993). *A imprensa de educação e ensino. Repertório analítico (séculos XIX-XX)*. Lisboa: I.I.E.

Ó, J. R. (2003). *O governo de si mesmo. Modernidade pedagógica e encenações disciplinares do aluno liceal (último quartel do século XIX – meados do século XX)*. Lisboa: Educa.

Ozouf, M. (1963). *L'École, l'Église et la République. 1871-1914*. Paris : Armand Colin.

Pintassilgo, J. (1998). *República e formação de cidadãos. A Educação Cívica nas escolas primárias da Primeira República portuguesa*. Lisboa: Edições Colibri.

Pintassilgo, J. (2002). Etiquette school manuals in Portugal in the 19th century. *Paedagogica Historica*, 38 (1), 265-279.